

MAPFRE SEGURADORA DE CRÉDITO A EXPORTAÇÃO S.A.

CNPJ nº 08.687.929/0001-42



MAPFRE SEGURADORA DE CRÉDITO A EXPORTAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à aplicação de V.S.as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório

do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. O resultado do exercício de 2012, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi de R\$ 1,2 milhão e lucro líquido de R\$ 756 mil.

Intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento". Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2013
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Ativo Circulante	Nota	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Disponível		10.445	11.145
Caixa e bancos		2.175	1.751
Aplicações	5	7.727	8.056
Créditos das operações com Seguros e resseguros		112	1.132
Prêmios a receber	7	82	93
Operações com resseguradores		353	118
Ativos de resseguro - Provisões técnicas		78	76
Outros valores e bens		12	12
Custos de aquisição diferidos		11.246	10.450
Seguros		11.246	10.447
Ativo não circulante		8	3
Aplicações	5	11.246	10.447
Créditos tributários e previdenciários	8	—	3
Total		21.691	21.595

Passivo Circulante	Nota	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a pagar		1.104	1.764
Obrigações a pagar		493	642
Impostos e encargos sociais a recolher		101	21
Impostos e contribuições		—	6
Debitos de operações com Seguros e resseguros		392	615
Operações com resseguradores		82	742
Corretores de seguros e resseguros		8	706
Depósitos de terceiros	13	154	221
Provisões técnicas - Seguros		375	159
Danos	10	375	159
Patrimônio líquido		20.587	19.831
Capital social	14	13.800	13.800
Reservas de lucros		6.787	6.031
Total		21.691	21.595

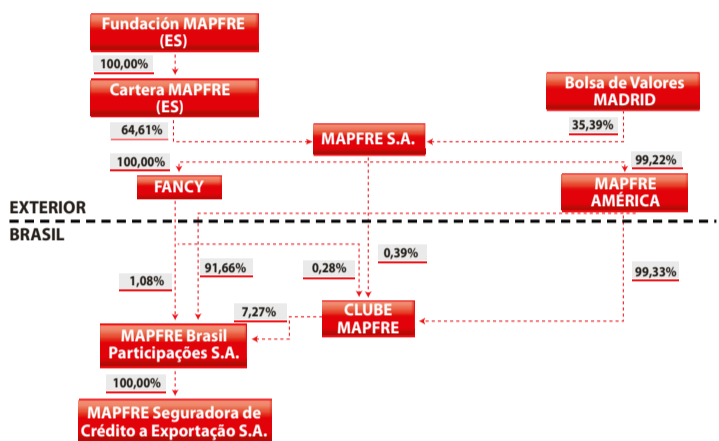
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Saldos em 31 de dezembro de 2010	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal		
Lucro líquido do exercício	13.800	—	—	—	13.800
Distribuição lucro líquido do exercício:					
Constituição reserva de lucros	—	—	—	1.150	1.150
Saldos em 31 de dezembro de 2011	13.800	1.092	58	(1.150)	—
Lucro líquido do exercício do exercício:		5.728	303		19.831
Distribuição lucro líquido do exercício:				756	756
Constituição reserva de lucros		718	38	(756)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2012	13.800	6.446	341	—	20.587

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação S.A. (doravante designada "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social operar em seguros e coseguradores de crédito a exportação em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 11º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 08.687.929/0001-42. A Seguradora integra o SISTEMA MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, no Brasil e no Exterior, com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do grupo. Em 31 de dezembro de 2012, a estrutura do Grupo é a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 430, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis" adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. A Seguradora não aprovou ajustes relativos aos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na circular SUSEP nº 424/11 para a circular SUSEP nº 430/12, e as isenções adotadas e exceções obrigatórias. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2013. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 430/12. Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração do fluxo de caixa, está sendo divulgada pelo método indireto, consequentemente a referida demonstração relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgada pelo método direto, está sendo representada para fins de comparabilidade. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iv) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional utilizada pela Seguradora está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros;
- Instrumentos financeiros derivativos;
- Provisões técnicas;
- Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Mensuração dos contratos de seguros e de investimento;
- Teste de adequação dos passivos;
- Provisões judiciais; e
- Prêmios a receber.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulação quando atendem as seguintes premissas:

- espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos exercícios apresentados nas demonstrações. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias compreendidos entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetam a vinculação com os ativos garantidores. **b) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mensurados para negociação e ativos designados na data de aquisição a serem vendidos ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. (ii) **Ativos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos para os quais a Seguradora tem intenção e a capacidade de manter até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vencimento do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. (iii) **Ativos disponíveis para venda:** Ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. (iv) **Empréstimos (concedidos) e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores, que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. **c) Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos:** Contratos de investimentos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, a proteção de riscos associados a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associadas às emissões de produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **Contratos de seguros:** Quando um derivativo embutido é identificado a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado nos exercícios apresentados. **d) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas ao resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica diminuição na perda, procede-se a reversão do respectivo valor. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer redução de valor no momento em que o ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda de valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. **ii. Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), e são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. E reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, quando o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC com isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um custo separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo

possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou parte de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 9. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **f) Intangível:** Gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo os custos de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e, existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que incorridos. A Seguradora adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos países de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescida dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e amortizado pelo prazo contratual segundo o CPC 1. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados e nenhum ajuste foi identificado. **g) Provisões técnicas - seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas: A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos (PPN-RVNE), cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica. A metodologia prevista em nota técnica atuarial para prêmios, provisões técnicas, comissões sobre prêmios emitidos e despesas de comercialização de seguros, denominada "pro rata-die", é denominada Provisão Contábil de Prêmios (PCP). A PCP deve ser calculada "pro rata-die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. **h) Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que a SUSEP, por meio da Circular SUSEP/DF/CONG/AN nº 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios ao longo de um período significativo após a ocorrência de um evento futuro incerto que possa afetar o balanço da empresa. Contratos que transferem os riscos de seguro para o segurado, mas não transferem o risco de seguro ou transferem o risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **i) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. Comprovadas as comissões relativas à comercialização de apólices de seguro, as comissões são reconhecidas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **j) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457 de 14 de dezembro de 2012 para as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2012, e nenhuma insuficiência foi identificada. **k) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguro é efetuada a curto prazo, com o objetivo de que a seguradora não tenha o propósito de perder o valor em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **m) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreende substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas ao resultado à medida que são incorridas. **n) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar, e as contas que compõem o grupo "Débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **o) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é constituída baseada em um histórico de eventos ocorridos, e quando seja provável que um recurso econômico venha ser exigido para liquidar uma obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DF/CONG/AN nº 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sob as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **p) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros (compliance) são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é de oportunidades de ganhos reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. **Risco de seguro:** **Risco de crédito:** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, e bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais de conformidade (compliance) são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é de oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo hábil. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a Seguradora investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de Value at Risk-VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituiram-se os seguintes comitês: **Comitê Financeiro** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a gestão de riscos. E o **Comitê de Compliance** constituído com o objetivo de analisar e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Nota	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Demonstração de resultado			
Prêmios emitidos líquidos		104	202
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		94	151
(=) Prêmios ganhos	15b	198	353
(-) Sinistros ocorridos	15c	(320)	11
(-) Custos de aquisição	(2)	(32)	(32)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	15e	8	(63)
(+) Resultado com resseguro	15f	141	(245)
(+) Receitas com resseguro		333	93
(-) Despesas com resseguro		(192)	(338)
(-) Despesas administrativas	15g	(13)	(12)
(-) Despesas com tributos	15h	(106)	(95)
(+) Resultado financeiro	15i	1.852	2.050
(=) Resultado operacional		1.220	1.867
(=) Resultado antes dos impostos e participações		1.220	1.867
(-) Imposto de renda	16	(281)	(436)
(-) Contribuição social	16	(183)	(281)
(=) Lucro líquido /		756	1.150
(/) Quilíbrio de ações		13.041,400	13.041,400
(=) Lucro líquido por ação		0,06	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	756	1.150
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	756	1.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	756	1.150

Variação nas contas patrimoniais:	(470)	(936)
Ativos financeiros	985	118
Créditos das operações de seguros	(200)	163
Ativos de resseguro	3	16
Créditos Fiscais e Previdenciários	(2)	5
Outros ativos	12	10
Custo de aquisição diferida	80	(22)
Fornecedores e outras contas a pagar	(229)	58
Impostos e contribuições	(660)	(68)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(67)	(59)
Depósitos de terceiros	216	(220)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	424	215
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	424	215
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	424	215
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.751	1.536
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.175	1.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Administração dos riscos financeiros: **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de atribuições por qualquer motivo onde haja a possibilidade de riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho e cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de seguro:** A certeza que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise de sensibilidade a provisão futura de que o evento de sinistro ocorre e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma aditiva, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza inerte de um contrato de seguro, a administração de risco de seguro é realizada de forma independente, por meio de um contrato de seguro onde a probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento. A Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seja a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. São utilizadas estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradora que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*Asset Liability Management - ALM*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

	A Vencer		A Vencer		Total
	em até 1 ano	acima de 1 ano	em até 1 ano	acima de 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	2.175	-	-	-	2.175
Valor justo por meio do resultado	7.393	334	7.727	-	8.061
Mantidos até o vencimento	-	11.246	11.246	-	22.492
Créditos das operações de seguros e resseguros	112	-	112	-	224
Ativos de resseguro	353	-	353	-	706
Outros ativos	78	-	78	-	156
Total dos ativos financeiros	10.111	11.580	21.691	-	33.271
Contas a pagar	493	-	493	-	986
Débitos de operações com seguros e resseguros	82	-	82	-	164
Provisões técnicas - seguros e resseguros	375	-	375	-	750
Outros débitos	154	-	154	-	308
Total dos passivos financeiros	1.104	-	1.104	-	2.208

d) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Grupo MAPFRE com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Superintendência Financeira e a MAPFRE DTVM acompanham o resultado do VAR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. **Sensibilidade a Taxa de Juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, o Grupo não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatar antes do seu vencimento. Do total de R\$ 18.973 de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 11.246 foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 7.727. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/Resultado	
	2012	2011
Taxa de juros	-	-
Elevação da taxa de juros	(3)	(1)
Redução da taxa de juros	3	2
Parâmetros	-	-

a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011.
b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011.
c) Riscos operacionais: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: **exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;** **exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;** **cumprimento com exigências regulatórias e legais;** **documentação de controles e procedimentos;** **exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;** **exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;** **desenvolvimento de planos de contingência;** **treinamento e desenvolvimento profissional;** **padrões éticos e comerciais;** e **mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.** Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de Capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o exercício de reporte e em exercícios anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Seguradora é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e SUSEP utilizando as tabelas de fatores suavizadas em função de possuir modelo interno para o risco de subscrição.

	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011
Patrimônio líquido ajustado	20.587	19.831
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	20.587	19.831
0,2 Prêmio ret. anual médio - Últimos 12 meses	-	2
0,33 Sinistro ret. anual médio - Últimos 36 meses	3	4
Margem de Solv. (b)	3	4
Capital base	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição	9	14
Capital adicional de crédito	55	88
Capital Mínimo Requerido (c)	15.059	15.102
Exigência de capital - EC maior entre (b) ou (c)	15.059	15.102
Suficiência de capital (% EC)	36,7%	31,3%

5. ATIVOS FINANCEIROS
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo: **Resumo da classificação das aplicações financeiras**

Títulos	31 de dezembro 2012		31 de dezembro 2011	
	Valor contábil	%	Valor contábil	%
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	7.727	41%	7.147	39%
Fundos exclusivos				
Over	7.394	39%	5.528	30%
Títulos da dívida agrária	333	2%	1.617	9%
Swap (nota 5)	-	0%	2	0%
III. Títulos mantidos até o vencimento	11.246	59%	11.356	61%
Fundos exclusivos				
Notas do tesouro nacional	11.246	59%	11.356	61%
Total geral	18.973	100%	18.503	100%

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve reclassificação entre as categorias. **Movimentação das aplicações financeiras:**

	2012	2011
Saldo inicial	18.503	17.567
Aplicações	1.242	165
Resgates	(2.512)	(1.200)
Rendimento	1.740	1.971
Saldo final	18.973	18.503

Composição por prazo e por título

Títulos	2012			2011		
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 90 dias	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 90 dias
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	7.393	-	334	7.727	7.727	7.147
Fundos exclusivos						
Over	7.393	-	334	7.393	334	5.528
Títulos da dívida agrária	-	-	334	334	334	1.617
Swap (nota 5)	-	-	-	-	-	2
II. Ativos mantidos até o vencimento	-	-	11.246	11.246	13.404	11.356
Fundos exclusivos						
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	-	11.246	11.246	13.404	11.356
Total geral	7.393	-	11.580	18.973	21.131	18.503

a) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos alocados em carteira administrada tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros. Os títulos de renda fixa privados alocados em carteira administrada tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela MAPFRE DTVM. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de

divulgação. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizados curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBOVESPA para cálculos e apreamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **b) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; **Nível 3:** Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Títulos	2012		2011	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	7.727	7.727	7.147	7.147
Fundos exclusivos				
Over	7.393	7.393	5.528	5.528
Títulos da dívida agrária	334	334	1.617	1.617
Swap (nota 6)	-	-	2	2
III. Títulos mantidos até o vencimento	11.246	11.246	11.356	11.356
Fundos exclusivos				
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	11.246	11.246	11.356	11.356
Total geral	18.973	18.973	18.503	18.503

Em 2012 e 2011 não houve transferência de ativos entre Níveis, bem como a Companhia não possui aplicações classificadas nos Níveis 2 e 3. **c) Desempenho:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 9,612% no acumulado do exercício, representando 114,24% do CDI que foi de 8,413% no ano.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados na carteira de fundos de investimento exclusivos. Em 31 de dezembro de 2011, a Seguradora possuía contratos de Swap-CDI IPCA, CDI x Dólar no montante de R\$ 100. O diferencial a receber dos contratos de "Swap" no montante de R\$ 2. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado e de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico.

7. MOVIMENTAÇÃO DE PRÊMIOS A RECEBER

Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2011	196
Prêmios emitidos líquidos	105
Recebimentos	(278)
Reversão riscos sobre prêmios a receber	7
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2012	30

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda - Adições Temporárias	3	3
Total não circulante	-	-

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

i. Remuneração do pessoal-chave - da administração: É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social e estão sendo divulgados na Demonstração Financeira da lider do Grupo, MAPFRE Vera Cruz Previdência. **ii. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e participantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; ii) Pessoas físicas ou jurídicas que sejam de seu capital, com mais de 10%; iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **iii. Participação acionária:** Os membros do Conselho de Administração possuem uma ação individualmente. A Diretoria da Seguradora não possui individualmente ou em conjunto participação acionária na Seguradora em 31 de dezembro de 2012.

10. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Provisões técnicas de seguros	2012			Saldo em 31 de dezembro de 2012
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Constituições	Reversões	
Provisão de prêmios não ganhos (PENG + PRVNE)	99	-	(99)	-
Provisão de sinistros a liquidar	30	747	(414)	363
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	27	-	(23)	4
Outras provisões (principalmente PCP)	3	5	-	8
Total das provisões técnicas	159	752	(536)	375
Despesas de comercialização diferida	12	64	(76)	-
				2012

Provisões técnicas de cessão de resseguro	2012			Saldo em 31 de dezembro de 2012
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Constituições	Reversões	
Provisão de prêmios não ganhos (PENG + PRVNE)	95	-	(95)	-
Provisão de sinistros a liquidar	29	387	(71)	345
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	26	-	(22)	4
Outras provisões (principalmente PCP)	3	1	-	4
Total das provisões técnicas	153	388	(188)	353
				2011

Provisões técnicas de Seguros	2012			Saldo em 31 de dezembro de 2011
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Constituições	Reversões	
Provisão de prêmios não ganhos (PENG + PRVNE)	233	3.380	(3.514)	99
Provisão de sinistros a liquidar	81	730	(781)	30
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	44	705	(722)	27
Outras provisões (principalmente PCP)	21	309	(327)	3
Total das provisões técnicas	379	5.124	(5.344)	159
Despesas de comercialização diferida	22	209	(219)	12

Provisões técnicas de cessão de resseguro	2012			Saldo em 31 de dezembro de 2011
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Constituições	Reversões	
Provisão de prêmios não ganhos (PENG + PRVNE)	218	95	(218)	95
Provisão de sinistros a liquidar	77	693	(741)	29
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	41	1.523	(1.538)	26
Outras provisões (principalmente PCP)	20	369	(386)	3
Total das provisões técnicas	356	2.680	(2.883)	153

Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

11. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a seguradora.

Montante estimado para os sinistros	Ano de ocorrência do sinistro					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
• No ano da ocorrência	5	24	92	6	-	430
• Um ano após a ocorrência	-	24	38	3	-	-
• Dois anos após a ocorrência	-	-	15	38	-	-
• Três anos após a ocorrência	-	-	-	15	-	-
• Quatro anos após a ocorrência	-	-	-	-	15	-
• Cinco anos após a ocorrência	-	-	-	-	-	15
Estimativa dos sinistros na data-base (dez/2012)	-	15	38	3	-	430
Pagamentos de sinistros efetuados	-	-	-	-	-	66
Sinistros pendentes	-	-	-	-	-	364

12. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas - Seguros Excluídos	2012		2011	
	Total de exclusões	Total a ser coberto	Total de exclusões	Total a ser coberto
Provisões técnicas - Resseguro e retrocessão	(353)	(153)	(353)	(153)
Total a ser coberto	22	6	22	6
Total de aplicações Ativos livres	18.972	18.503	18.972	18.503

13 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.